

G.T. "CAPACIDADE DE SEGMENTAÇÃO EM ANALFABETOS
SEGMENTAÇÃO SILÁBICA E FONÉTICA"

Inácio Fiadeiro

Inácio Fiadeiro - Vou apresentar um trabalho que fiz em colaboração com o professor José Morais da Universidade de Bruxelas. Como o nome parece indicar, "capacidade de segmentação" é a possibilidade que qualquer pessoa tem em segmentar a fala em unidades. Hoje sabe-se o que parece intuitivo para qualquer pessoa falante ou, neste caso o escritor do português, que as frases se dividem em palavras, as palavras em sílabas, as sílabas em fonemas e os fonemas em traços distintivos. Is tonão étão evidente como parecia antes, já que não se sabe qual a realidade psico lógica de facto existente para estes vários tipos de unidades.

Se, por exemplo, perguntamos a uma pessoa que não sabe ler quantas palavras tem a frase "os cavalos puxam as carruagens", em grande parte dos casos eles responderão que têm três palavras, isto porque não têm a noção das fronteiras das palavras dentro de frase, tal como, para uma criança seria difícil res ponder à pergunta de quantas sílabas tem uma palavra, sendo ainda mais difícil de responder se lhe perguntamos quantos sons tem essa palavra.

Tem-se verificado uma grande diferença na capacidade de segmentar a fala em fones e sílabas. É muito mais fácil segmentar em sílabas que em fones, em pessoas adultas e letradas e em crianças antes de aprenderem a ler. Essas ta refas de segmentação auditiva da fala em unidades supralexicais são bons pre- dictores das dificuldades da aquisição da leitura.

Há razões teóricas interessantes para estudar este problema como, por exemplo, aquelas que têm que ver com o problema da existência de algum nível de processamento de informação humana, de representações em termos dos ditos fones, ou traços distintivos ou sílabas. Embora seja fácil descrever a fala como uma cadeia de lugares excessivamente justapostos, não é evidente que nós na produção ou na audição utilizemos essas mesmas unidades, ou as juntemos ou as separemos, mas alguns argumentos há a dizer que é indispensável que se faça essa separação em unidades mais pequenas, quando se ouve falar. Isso acontece porque, por um lado, a variedade das vozes humanas é infinita em termos de timbre, o que faz com que seria difícil nós supormos que tínhamos na memória representações pa

ra reconhecer aquilo que nos chega ao ouvido, de todas as palavras possíveis e, mais do que isso, de cada palavra segundo todos os atributos acústicos possíveis, com todos os cambiantes de entoação, isso faz-nos supor que é mais económico que exista uma representação mais abstracta, compatível com o conhecimento de uma categoria de sons, que haja uma representação abstracta que depois nos permita reconhecer casos individuais.

Tem-se procurado, no domínio da acústica e da psicologia experimental, determinar quais são os índices acústicos que permitem a separação do sinal acústico em unidades mais pequenas do que as palavras, já que essas unidades são necessárias para esse nível de representação mais abstracta. Essa procura tem sido muito difícil, porque não se encontra a variante acústica correspondente a cada segmento que nós somos capazes de identificar ou de discriminar.

Enquanto alguns autores continuam à procura dessa variante outros autores consideram os fonemas como uma construção teórica dos linguistas, não tendo nada a ver com o funcionamento perceptivo humano ...

Em crianças existe uma dificuldade maior em segmentar a fala em fonemas. Seria importante pensarmos a que se deve essa dificuldade. E temos dois caminhos: ou é uma dificuldade inerente ao desenvolvimento cognitivo das crianças, ou é uma dificuldade explicável pelas próprias características do estímulo ou do material. É por isso que o estudo dos analfabetos é interessante, porque são sujeitos adultos que noutro tipo de capacidades se equivalem a outras 'populações controlo' que nós estudamos, do mesmo nível sócio-económico e ou da mesma região. Se eles não tiverem o mesmo tipo de capacidades não vamos atribuir essas dificuldades a problemas de maturação geral ou à evolução cognitiva, mas sim a um efeito específico da aprendizagem de leitura.

P - Como é que se organizou este trabalho?

R - Este trabalho consistiu em apresentar listas de palavras nas quais era pedido aos sujeitos para detectarem um som a que chamaremos aqui alvo. Os alvos eram as sílabas [pa] e [pa] e o fone [p] ou os alvos [va], [va] e [v]. Introduzimos a vogal aberta versus vogal fechada e também comparando os alvos que começam numa oclusiva ou numa fricativa. Iriamos ver os efeitos dessa oclusiva e dessa fricativa nesta tarefa. Isto porque nos interessava estudar o efeito das variáveis acústicas articulatórias do alvo. Outros estudos indicavam que embora [pa] e [va] pertencessem ao mesmo nível (são ambas alvos silábicos) o facto de uma começar por oclusiva e outra por fricativa podia introduzir uma

maior discriminabilidade mesmo protoceptiva. Se nós detectarmos que há diferenças na identificação de uma sílaba que começa por uma fricativa ou uma oclusiva vamos poder atribuir essas diferenças não a um nível de abstracção de representação mental dos sujeitos, mas a uma variável pelo menos acústica do estímulo, e eventualmente articulatória porque os sujeitos têm estratégias de repetição dos sons. Utilizámos, isto para retomar, os alvos [va] [va] [v] / [pa], [pa] e [p]. Para além da "apresentação" auditiva utilizámos a representação visual. Todas as palavras eram apresentadas por desenhos, o que implicava o uso exclusivo de substantivos, o que levou a alguns problemas. As mesmas palavras eram assim representadas, quer auditiva quer visualmente. Havia ainda outra variável em que a posição do alvo desenho da palavra não era fixa. Ou as pessoas iam à procura do alvo que se encontrava em posição inicial como [patu] ... ou casos em que o alvo não estava em posição inicial como [sapatu].

O que nós queríamos medir era as vezes que as pessoas diziam correctamente se o alvo estava ou não lá. Numa lista de 12 palavras em 4 o alvo estava no início de palavra, outras 4 não continham o alvo mas sim itens de extractores que variavam só num traço distintivo, isto é, a sílaba [pa] era substituída por [ba], por exemplo. Em outras palavras não havia qualquer relação fonológica entre o item e o alvo. Havia três exemplos prévios e três contra-exemplos.

Quanto aos resultados obteve-se um índice de respostas correctas muito superior em relação àquilo que se estava à espera, na ordem dos 60%-70% de respostas correctas. Em relação aos estímulos, ao contrário de outras experiências efectuadas anteriormente, não se notou qualquer dominância dos estímulos entre si. Não foi mais difícil detectar o alvo na representação visual que na representação auditiva. Por resultados de outras experiências já efectuadas estávamos à espera que fosse mais fácil o acesso à sílaba, por parte dos inquiridos, do que o acesso ao fone, visto a sílaba ser mais estável, havendo, como se sabe, inclusive palavras representadas por uma só sílaba. Este resultado, de facto não se verificou, não houve aquilo a que se chama efeito de alvo; também não houve uma diferença sistemática entre oclusivas e fricativas. O que se verificou, de facto, foi uma confusão maior entre [pa] e [ta] e [da], por exemplo do que entre [pa], [ta] e [da] e mesmo entre [p], [t] e [d], o que quer dizer que embora teoricamente, apesar de nós dizermos que [p], [t] ou [d] são fones muito codificados em termos acústicos, e por isso, de difícil acesso, quando eles estiverem num contexto variável em que não sejam pares mínimos, isto é, vai ser muito mais fácil distinguir [p] e [t] em [pi] e [te] do que em [p.] e [t.].

Penso, por isso, que não fará muito sentido interpretar o processo de

de identificação do som em termos de unidade de traço distintivo mas sim do contexto em que o estímulo se encontra, porque sabe-se que a identificação do estímulo pode variar conforme o ambiente em que ele esteja incluído, e eu considero que essa possa ser a razão para justificar os resultados obtidos.

A outra tarefa que fizemos foi a da repetição de não-palavras. A partir de palavras frequentes baseadas numa amostra de 10 ou 15 pessoas letradas, substituímos na primeira ou na segunda sílaba os sons iniciais por outros, por exemplo [βαβαλαω] por [ταταλαω]. Pedimos às pessoas que repetissem estes erros de pronúncia, o que nos daria, no caso afirmativo de elas serem capazes de os reproduzir, a informação de que elas possuíam a representação mental desses traços e por consequência, os erros de identificação na tarefa anterior não seriam atribuídos à não-existência da representação do [.] memória dos sons, mas sim ao grau de acesso dessas representações.

A partir desta experiência poderíamos tentar discriminar o que são processos cognitivos do que são processos perceptivos ou o que é que é processamento de informação linguística, rápido e obrigatório, e o que é que é a consciência desse processo de informação. Tudo leva a indicar que não há uma diferença muito grande pelo facto dos indivíduos letrados terem algum nível de consciência das unidades da fala.

Como não parece haver uma inexistência de representação fonológica dos sons nos indivíduos não letrados. O que há ou não é o acesso consciente a essa representação. Tudo isto levanta o problema da realidade psicológica das unidades da fala e da diferença entre descrição de uma língua e o funcionamento perceptivo que o indivíduo possui.